

Memória, identidade e currículo: as disputas e significações sobre a BNCC de História

Anthony Coldebella Cintra*

DOI:10.11606/issn.2318-8855.v12i1
572-582

Resenha de: JUNIOR, Arnaldo Pinto; SILVA, Felipe Dias de Oliveira; CUNHA, André Victor Cavalcanti Seal da. (orgs.) A BNCC de História: entre prescrições e práticas. Recife, PE: Editora Universidade de Pernambuco, 2022, pp. 261.

*Graduando em História (Licenciatura/Bacharelado) pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). E-mail para contato: coldebellaanthony@gmail.com.

**Memória, identidade e currículo:
as disputas e significações sobre a BNCC de História**

Ao longo da última década, a educação brasileira vem sendo objeto de discussões acaloradas, inflamadas pela reorientação das políticas públicas no contexto do um golpe institucional de caráter liberal e reacionário que retirou a presidente democraticamente eleita, se pautou pela austeridade fiscal e precarizou uma série de serviços públicos. A elaboração da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), colocada como meta pelo Plano Nacional de Educação (PNE) e construída a partir de 2015, foi um dos pilares da grande comoção que se gerou em torno da educação nesse período, se apresentando como um terreno de batalha entre diferentes visões pedagógicas, políticas e éticas. A obra *A BNCC de História: entre prescrições e práticas*, organizada por Arnaldo Pinto Junior, Felipe Dias de Oliveira Silva e André Victor Cavalcanti Seal da Cunha, surge das análises produzidas e debatidas no âmbito da ABEH (Associação Brasileira de Ensino de História), em um grande esforço coletivo de mapear e contribuir para o aprofundamento dos aspectos teóricos e práticos envolvidos no ensino de História e, mais especificamente, no processo de construção de políticas curriculares voltadas para a área de História.

O livro conta com 5 artigos, além do prefácio, que tomam como eixo de análise a noção de ensino de História e o processo de elaboração da BNCC, pensados a partir de perspectivas teóricas e experiências acadêmicas diversas. A empreitada dos pesquisadores elencados no livro busca compreender a historicidade desse processo, seu contexto e jogos de poder definidores, apontando para o paradigma vivenciado pelo Ensino de História na tentativa de se desvencilhar de uma longa tradição de transposição acadêmica atrasada, conteúdos pré-definidos a partir da tradição quadripartite francesa e com um forte tom eurocêntrico. A última versão apresentada do documento, no entanto, pode ser compreendida a partir do que Flávia Eloisa Caimi

chamou de “racionalidade instrumental própria do capitalismo contemporâneo” (CAIMI, 2022, pp. 14) no prefácio da obra, ao criticar a lógica mercantil e a exclusão de saberes e práticas essenciais para a formação de sujeitos capazes de pensar criticamente e conviver de forma democrática.

O primeiro capítulo do livro, “Antinomias entre experiências e expectativas acerca da BNCC de História”, escrito pelos organizadores, apresenta uma notável elaboração do currículo como processo no qual a ciência base e a sociedade atuam a partir de dinâmicas de poder no sentido de construção e disputa de narrativas a serem tomadas como historicamente válidas e, portanto, ensinada nos espaços públicos. O texto traz uma análise histórica sobre o contexto das reformas curriculares no Brasil no pós-ditadura, no qual é possível notar os imensos esforços realizados pelos grupos liberais em relação à educação pública, percebida como ferramenta para a expansão e consolidação de valores e de uma sociabilidade capitalista neoliberal, além de um mercado a ser conquistado. Os autores apontam para o abismo encontrado entre a primeira versão da BNCC de História, apresentada ao público, uma proposta que buscava a revisão da trilha narrativa consolidada no histórico escolar, e as versões apresentadas posteriormente, pautadas pelo retorno a uma história eurocêntrica e justificada por um suposto prejuízo para os alunos que não estudassem a História a partir dos eixos já consolidados tradicionalmente pela perspectiva eurocêntrica, além de uma gestão orientada pelo neotecnicismo e pelas avaliações em larga escala.

A atenção recebida pela BNCC de História e, em especial, pela sua primeira versão, dos diferentes grupos da sociedade nos demonstra aquilo que Laville apontou

**Memória, identidade e currículo:
as disputas e significações sobre a BNCC de História**

sobre a atuação do poder público e da organização de grupos em torno de projetos distintos de memória e poder:

É interessante notar quanto interesse, quanta vigilância e quantas intervenções o ensino de história suscita nos mais altos níveis. A história é certamente a única disciplina escolar que recebe intervenções diretas dos altos dirigentes e a consideração ativa dos parlamentos. Isso mostra quão importante é ela para o poder. (LAVILLE, 1999, p. 30)

O equilíbrio tênue entre essas forças que atuam na composição de uma narrativa oficial será um dos temas aprofundados na obra e cumpre a função de historicizar o debate sobre a educação. Nesse momento, o território de fronteira que se evidencia nas pesquisas de ensino de História é extremamente frutífero para a construção de uma educação pautada pela discussão democrática e aberta entre universidades, escolas e demais grupos da sociedade civil, além de fundamentada a partir de bases epistemológicas sólidas. A análise do contexto de produção da BNCC, associada a essa historicização do tema, também percorre todo o capítulo e deixa claro a situação de convulsão política e social sobre a qual o documento foi fundado. Nota-se um recrudescimento das forças conservadoras e reacionárias a partir do segundo governo Dilma (2015-2016) e a elaboração da BNCC se dá, também, através das lentes destas.

Escrito pelas autoras Nayara Silva de Carie, Carolinna Carvalho Ramos de Lima e Ana Paula Giavara, o segundo capítulo intitulado “A BNCC de História para os Anos Iniciais: reflexões sobre a apropriação da noção de competências” faz uma leitura aprofundada das concepções teórico-pedagógicas que dão o contorno para a estruturação da Base. O texto busca compreender como a noção de competências é incorporada ao documento da BNCC a partir de uma análise do texto introdutório da

disciplina de História para os anos iniciais do ensino fundamental. Além disso, busca as conexões estabelecidas pelo documento entre as competências delimitadas e os conteúdos atribuídos aos anos iniciais do Ensino Fundamental. As elaborações das autoras indicam que a noção de competência como orientadora do ensino possui um sentido polissêmico que vem sendo elaborado desde a década de 1970 e muito tem que ver com o tecnicismo proposto para a educação a partir das reformas liberais. No entanto, a falta de referenciamento dos teóricos que teriam embasado a construção da BNCC dificulta a orientação e localização dos professores e pesquisadores quanto à proposta do documento. Se as competências são caracterizadas, assim como nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), pela "capacidade de agir de maneira eficaz em diferentes situações da realidade, apoiando-se em conhecimentos, mas sem limitar-se a eles" (DE CARIE; LIMA; GIAVARA; 2022, pp. 83), como apontam as autoras, a análise dos conteúdos demonstra uma certa desconexão entre essa noção e a perspectiva de círculos concêntricos que se manifesta na estruturação dos assuntos, partindo do contexto mais próximo do aluno, espacial e temporalmente, para se desenvolver no já comentado quadripartismo tradicional que privilegia a história política e europeia. Não obstante, os conteúdos atitudinais e procedimentais são colocados em segundo plano em relação aos conteúdos conceituais, fenômeno que, como observam as autoras, distancia ainda mais a Base do que poderia se chamar de um ensino por competências.

O terceiro capítulo, "As relações de gênero na BNCC de História: da ausência à resistência", introduz e aprofunda um tema caro às discussões sobre o ensino de História no século XXI ao analisar a BNCC a partir de um recorte das identidades.

**Memória, identidade e currículo:
as disputas e significações sobre a BNCC de História**

Observar a formação da História escolar a partir das questões de identidade pode ser de grande valia, visto que significa pensar

Qual é o tipo de ser humano desejável para um determinado tipo de sociedade? Será a pessoa otimizada e competitiva dos atuais modelos neoliberais de educação? Será a pessoa ajustada aos ideais de cidadania do moderno estado-nação? Será a pessoa desconfiada e crítica dos arranjos sociais existentes preconizada nas teorias educacionais críticas? A cada um desses 'modelos' de ser humano corresponderá um tipo de conhecimento, um tipo de currículo. (SILVA, 2011, p. 15)

Anderson Ferrari defende que as discussões de gênero estão presentes nos objetivos e concepções do ensino de História, uma vez que a BNCC se coloca como documento orientador que nos convida a ler nas entrelinhas e a pensar o que deveria ser incluído em função da consideração dos alunos como sujeitos históricos e agentes sociais da construção do conhecimento e da problematização da sua própria realidade (p. 126). Fundamentado na concepção de discurso e das relações saber-poder elaboradas por Michel Foucault, Ferrari faz uma arqueologia das recentes mudanças na lógica de elaboração dos currículos escolares, especialmente os currículos de História que, a partir da Escola dos Annales, se amplia em termos de documentação e sujeitos históricos contemplados. O autor aponta que os debates sobre gênero, que vinham ganhando força internacionalmente a partir de tratados firmados para a consolidação dos Direitos Humanos, obtém notoriedade no debate sobre a definição dos conteúdos e objetivos da BNCC e, nessa disputa, muito ressaltada pela atuação do Movimento Escola Sem Partido, evidencia-se a profunda e preocupante conexão entre Estado e Religião na definição das políticas públicas.

Ferrari defende que o trabalho do ensino de História está intrinsecamente ligado com o debate sobre as relações de gênero, tomando como base as elaborações

de Joan Scott e Judith Butler, visto que os sujeitos históricos, que se identificam a partir da categoria de gênero, são aqueles que constroem a história. As possibilidades de trabalho com o recorte de gênero se fazem possíveis pela própria falta de indicação da BNCC sobre as suas concepções teóricas e pela confusão entre os textos introdutórios, que pontuam os objetivos do ensino, e os conteúdos preconizados. As lacunas deixadas pelo documento e a noção de que o ensino de História deve ser orientado para responder questões formuladas socialmente abrem espaço para colocar as discussões de gênero como centrais no processo de aprendizagem, visto que as problemáticas relacionadas a essa questão surgem no interior do tecido social que compõe a cultura escolar.

O penúltimo capítulo, intitulado “O ensino de História em perspectiva neotecnicista: sentidos de atitude historiadora nas políticas curriculares hodiernas” e escrito pela professora Maria Aparecida Lima dos Santos, busca compreender como se deu o movimento de estabelecimento do significante "atitude historiadora" no documento da BNCC, local de disputas e consensos que invariavelmente afetam a postura e as finalidades do ensino de História. As análises apontam para uma lógica de centralidade do "como ensinar", a despeito do "porquê" e "para quê", alinhando o ensino com uma perspectiva técnica da educação, pautada pelo pressuposto da neutralidade científica e inspirada nos princípios de racionalidade, eficiência e produtividade, com o objetivo de tornar o ensino objetivo e operacional (SANTOS, 2022, pp. 156). É notável a elaboração da autora em direção a uma compreensão do currículo como documento de produção discursiva, produtor de hegemonia ao selecionar certos significados e sentidos ao mesmo tempo que opera o silenciamento

**Memória, identidade e currículo:
as disputas e significações sobre a BNCC de História**

de outros. Essa operação pode ser percebida nos sentidos atribuídos ao significante “atitude historiadora” que, num primeiro momento, parece contemplar as recentes discussões dentro da academia quanto ao papel do ensino de História no Ensino Básico, mas que se efetiva nos conteúdos listados como algo prioritariamente técnico, afastando da disciplina seu caráter intelectual e sua capacidade crítica. Para a autora, a BNCC se fundamenta em um paradigma cognitivista, em que a educação adquire o sentido de aquisição, deglutição de conteúdos que conformam o sujeito a internalizar e reproduzir o discurso comum que qualifica esse sujeito como um cidadão racional.

O último capítulo, “Por outra BNCC de História: sobre políticas de memória e uma comunidade disciplinar”, ficou a cargo dos pesquisadores Fabiana Rodrigues de Almeida e Felipe Dias de Oliveira Silva e busca analisar a construção da BNCC a partir da perspectiva de currículo como política de memória, aprofundando ainda mais a discussão sobre currículo e identidade já abordados na obra. O currículo é aí compreendido a partir de uma perspectiva processual. Isto é, de forma semelhante ao tempo que não é descolado dos usos que se faz dele no presente, o currículo é produto de “seleção da cultura, atravessado pela dinâmica do tempo” (ALMEIDA; SILVA; 2022, pp. 194). Os autores apontam que a produção da BNCC, seus embates, operações de silenciamento e delimitação de fronteiras permitem categorizar o currículo como política de memória, visto que materializa os conflitos existentes entre diferentes grupos sociais em relação desigual de equilíbrio de poder, (re)produzindo significados sociais. Esse debate assume uma importância ímpar em um contexto de reestruturação das bases da História ensinada na escola, movimento esse caracterizado pela profunda crítica ao tradicionalismo eurocêntrico presente na cultura escolar do ensino de História e pela ampliação da noção de sujeitos históricos.

Se antes a narrativa histórica se justificava pela construção de uma identidade nacional coesa e que fornecia as bases para a consolidação do Estado-Nação, hoje é possível observar um movimento em direção a uma História centrada nos sujeitos e na elaboração de narrativas capazes de abarcar as diferentes vivências e experiências desses sujeitos, além da sua orientação temporal no mundo. Sobre isso, os autores apontam que

Os conteúdos, códigos e práticas expressas pelo currículo e suas categorias derivadas, assumindo caráter de seleção cultural, podem delimitar identidades desejáveis e indesejáveis nos projetos de futuro orientados por uma história das classes vitoriosas. Produzem, ademais, através de apagamentos ou reafirmações, relações de estratificação ou convivência plural entre grupos identitários; de aceitação ou contestação das contradições, desigualdades e mazelas colhidas como frutos da árvore da identidade nacional (p. 196).

Procedendo à análise do caminho seguido para a construção da Base, os autores buscam reconstruir o contexto caótico no qual o documento foi discutido e elaborado, indicando a guerra de narrativas desenrolada no sentido de consolidar uma hegemonia de memória. Nesse processo, concorreram diversas visões sobre quais deveriam ser os conteúdos ensinados, quais procedimentos teórico-metodológicos seriam apropriados para a realização desse currículo e, como argumentam os autores, quais memórias seriam selecionadas e recortadas para configurar a narrativa oficial a ser transmitida para os alunos brasileiros. Longe de apresentar uma visão definitiva e acabada, Almeida e Silva buscam apresentar as principais questões que movimentaram o debate sobre a BNCC no meio acadêmico, produzindo um levantamento sobre as pesquisas realizadas entre 2015 e 2022 ao redor do tema em artigos, monografias e dissertações, o que muito contribui para o desenvolvimento posterior do trabalho de outros pesquisadores que por ventura se aprofundem no tema.

**Memória, identidade e currículo:
as disputas e significações sobre a BNCC de História**

O esforço conjunto de pesquisadores do campo do ensino de História que se traduz, tanto na obra quanto na consolidação institucional da ABEH, vem em momento oportuno, no qual se evidencia a necessidade de um debate sério e aprofundado sobre as bases da elaboração da BNCC. Hoje, em processo de efetivação, o documento é alvo de críticas por parte do meio acadêmico que nele observam, em confluência com o Novo Ensino Médio, um aprofundamento das perspectivas de sociabilidade neoliberais. Mais que uma análise da história escolar, o debate sobre as políticas curriculares tocam em questões da Teoria da História ao enfrentar os paradigmas da transposição didática e buscar construir a base epistemológica da história escolar, que opera não mais como um apêndice do Estado-Nação, mas se fundamenta na própria experiência dos sujeitos históricos e pretende oferecer as ferramentas para uma orientação desses sujeitos no tempo, em vistas da formação de uma autonomia política crítica em relação às desigualdades que insistem em nos lembrar do complexo processo histórico de sua construção.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Fabiana Rodrigues de; SILVA, Felipe Dias de Oliveira. Por outra BNCC de História: sobre políticas de memória e uma comunidade disciplinar. In: JUNIOR, Arnaldo Pinto; SILVA, Felipe Dias de Oliveira; CUNHA, André Victor Cavalcanti Seal da. (orgs.) **A BNCC de História: entre prescrições e práticas**. Recife, PE: Editora Universidade de Pernambuco, 2022, pp. 261.

CAIMI, Flávia Eloisa. Prefácio. In: JUNIOR, Arnaldo Pinto; SILVA, Felipe Dias de Oliveira; CUNHA, André Victor Cavalcanti Seal da. (orgs.) **A BNCC de História: entre prescrições e práticas**. Recife, PE: Editora Universidade de Pernambuco, 2022, pp. 261.

CARIE, Nayara Silva de; LIMA, Carollina Carvalho Ramos de; GIAVARA, Ana Paula. A BNCC de História para os Anos Iniciais: reflexões sobre a apropriação da noção de

Anthony Coldebella Cintra

competências. In: JUNIOR, Arnaldo Pinto; SILVA, Felipe Dias de Oliveira; CUNHA, André Victor Cavalcanti Seal da. (orgs.) **A BNCC de História: entre prescrições e práticas**. Recife, PE: Editora Universidade de Pernambuco, 2022, pp. 261.

LAVILLE, Christian. A guerra das narrativas: debates e ilusões em torno do ensino de História. **Revista Brasileira de História**, v. 19, n. 38, p. 125-138, 1999.

SANTOS, Maria Aparecida Lima dos. O ensino de História em perspectiva neotecnicista: sentidos de atitude historiadora nas políticas curriculares hodiernas. In: JUNIOR, Arnaldo Pinto; SILVA, Felipe Dias de Oliveira; CUNHA, André Victor Cavalcanti Seal da. (orgs.) **A BNCC de História: entre prescrições e práticas**. Recife, PE: Editora Universidade de Pernambuco, 2022, pp. 261.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 3.^a ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.